

Maria, servidora pública de determinada autarquia estadual, aplicou advertência a Caio, seu subordinado, por este ter praticado ato que não era de sua atribuição legal. Inconformado com a punição, Caio impetrou mandado de segurança visando anular a pena administrativa aplicada. Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

(CESPE 2022/MPC-SC/TÉCNICO EM CONTAS PÚBLICAS) Considerando que Caio realmente tenha atuado fora dos limites de sua competência legal, é correto afirmar que o ato administrativo por ele praticado apresentou vício de competência.

Gabarito: certo

(FGV 2019/MPE-RJ/TÉCNICO DO MP) Imagine as situações hipotéticas abaixo em que o Procurador-Geral de Justiça pratica ato administrativo, delegando sua atribuição para o:

I. Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais ajuizar representação por inconstitucionalidade em relação à lei X do Município Y;

II. Diretor de Recursos Humanos decidir recursos administrativos. Em matéria de delegação de competência, de acordo com a Lei nº 9.784/99 e com a doutrina de Direito Administrativo:

a) os atos I e II estão viciados, pois o Procurador-Geral não pode delegar qualquer tipo de competência;

b) os atos I e II estão viciados, pois o Procurador-Geral não pode delegar sua competência originária;

- c) o ato I é válido e o II está viciado, pois não pode ser objeto de delegação decisão de recursos administrativos por expressa vedação legal;
- d) o ato II é válido e o I está viciado, pois não pode ser objeto de delegação ato de ajuizamento de medida judicial por expressa vedação legal;
- e) os atos I e II estão válidos, pois o Procurador-Geral pode delegar qualquer tipo de competência, mediante ato expresse e formal volitivo de renúncia.

Gabarito: C



Quanto às agências reguladoras, aos poderes da Administração, à responsabilidade civil do Estado e ao controle jurisdicional dos atos administrativos, julgue o item.

(QUADRIX 2019/CREA-GO/ADVOGADO) Ainda que discricionário, o ato de delegação, quando prevista a sua duração, não pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Gabarito: errado



Acerca de atos administrativos, julgue o item a seguir.

(CESPE 2022/FUMPRES-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA) A incompetência é um vício que pode comprometer os atos administrativos, sendo caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

Gabarito: certo

Acerca de atos administrativos, julgue o item a seguir.

(CESPE 2022/FUMPRES-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA) A função de fato ocorre quando o agente público que pratica o ato administrativo está irregularmente investido no cargo, emprego ou função, mas toda a situação tem aparência de legalidade, o que torna o ato válido, especialmente para proteger a boa-fé do administrado.

Gabarito: certo

Com relação aos atos administrativos, julgue o item que se segue.

(CESPE 2022/DPE-RS/DEFENSOR PÚBLICO) Na delegação e na avocação de competência administrativa, é imprescindível a existência de vínculo formal de hierarquia entre os órgãos administrativos envolvidos.

Gabarito: errado



Acerca do processo administrativo, julgue o item que se segue.
(CESPE 2022/SECONT-ES/AUDITOR) A competência, no âmbito dos processos administrativos, poderá ser renunciada em parte por um órgão administrativo em favor de outro, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, ainda que os órgãos não sejam hierarquicamente subordinados.

Gabarito: errado

